FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinetes do Ministro das Finanças e da Ministra da Administração Interna

Despacho n.º 9472/2016

No dia 29 de agosto de 2015, o ex-Guarda n.º 2120146 da Guarda Nacional Republicana, Nuno Jorge Sousa Anes, do Comando Territorial de Setúbal, foi vítima de acidente ocorrido em serviço e diretamente decorrente dos riscos próprios de atividade policial, em consequência do qual resultou a sua morte.

O Decreto-Lei n.º 113/2005, de 13 de julho, veio estabelecer um regime de compensação por invalidez permanente ou por morte diretamente decorrente dos riscos próprios da atividade policial ou de segurança.

Com vista a apurar os factos constitutivos do direito à compensação, foi determinada a instauração do inquérito a que se refere o n.º 1 do artigo 5.º do referido Decreto-Lei n.º 113/2005, de 13 de julho, que correu termos na Direção de Justiça e Disciplina do Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana, concluindo o instrutor o seu relatório nos termos seguintes:

1 — Ficou provado que o ex-Guarda n.º 2120146 da Guarda Nacional Republicana, Nuno Jorge Sousa Anes, estava de serviço, no dia 29 de agosto de 2015, pelas 17h00, e que o acidente ocorreu durante a execução do serviço policial de patrulha às ocorrências, para o qual se encontrava regularmente nomeado. Durante a execução deste serviço foi atingido por um disparo de arma de fogo, em consequência do qual veio a falecer.

2 — Verificou-se a existência de nexo de causalidade entre a morte e o risco inerente ao exercício da função policial e de segurança.

3 — A vítima não indicou beneficiário, pelo que, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 113/2005, de 13 de julho, a compensação especial por morte deve ser atribuída aos seus herdeiros legais, os pais do ex-Guarda n.º 2120146 da Guarda Nacional Republicana, Nuno Jorge Sousa Anes.

Pelo documento de habilitação de herdeiros emitido pelo Serviço de Finanças do Seixal (2224 — Seixal 1), foram declarados herdeiros do falecido ex-Guarda n.º 2120146 da Guarda Nacional Republicana os seus pais — Nuno Augusto Fernandes Anes e Aldina de Jesus Sousa Anes. O relatório do inquérito foi homologado pelo Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 113/2005, de 13 de julho.

Estão, deste modo, observados todos os requisitos legais para a atribuição da compensação especial por morte, prevista no artigo 1.º do mesmo diploma.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 113/2005, de 13 de julho, determina-se:

1 — É concedida a compensação especial prevista no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 113/2005, de 13 de julho, por acidente sofrido pelo ex-Guarda n.º 2120146 da Guarda Nacional Republicana, Nuno Jorge Sousa Anes, do Comando Territorial de Setúbal, a 29 de agosto de 2015, a atribuir a Nuno Augusto Fernandes Anes e Aldina de Jesus Sousa Anes, seus pais e herdeiros legais.

2 — O valor da compensação conferida no número anterior, calculado nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 4.º do mesmo diploma legal, é de 126 250,00€ (cento e vinte e seis mil duzentos e cinquenta euros).

13 de julho de 2016. — O Ministro das Finanças, *Mário José Gomes de Freitas Centeno*. — 31 de maio de 2016. — A Ministra da Administração Interna, *Maria Constança Dias Urbano de Sousa*.

209736958

FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO INTERNA E AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Gabinetes do Ministro das Finanças, da Ministra da Administração Interna e do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Despacho n.º 9473/2016

Nos termos da alínea b) do artigo 59.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (Orçamento do Estado para 2016), o Instituto da Conservação

da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF), fica autorizado a transferir as dotações inscritas no seu orçamento para a Guarda Nacional Republicana (GNR), com vista a suportar os encargos com a contratação de vigilantes florestais, no âmbito do Fundo Florestal Permanente, nos termos a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças, da agricultura e da administração interna.

Esta operação da GNR designa-se «Floresta Segura 2016», envolve 144 elementos no período compreendido entre 14 de maio e 29 de junho, a que acrescem 780 elementos no período de 30 de junho a 11 de outubro, e integra-se no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais. Estes trabalhadores, 924 no total, asseguram a guarnição da Rede Nacional de Postos de Vigia, no âmbito do sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios.

A contratação pela GNR do pessoal para a guarnição das torres de vigia foi efetuada através de contratos de trabalho a termo, com início a 14 de maio e fim a 11 de outubro de 2016, após autorização prévia de abertura de procedimento concursal, mediante despacho da Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público.

Esta operação tem enquadramento no eixo de intervenção «defesa da floresta contra incêndios» previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento do Fundo Florestal Permanente, aprovado pela Portaria n.º 77/2015, de 16 de março, alterada pela Portaria n.º 163/2015, de 2 de junho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 25/2015, de 9 de junho, e alterada pela Portaria n.º 42/2016, de 8 de março.

Estima-se um encargo global com a contratação dos vigilantes florestais no valor de 3,6 milhões de euros.

Assim, face ao anteriormente exposto, nos termos da alínea b) do artigo 59.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, determina-se:

1 — O financiamento dos encargos com a contratação de vigilantes florestais é assegurado pelo ICNF, I. P., no âmbito do Fundo Florestal Permanente, até ao limite de dois milhões de euros.

2 — As transferências são efetuadas na modalidade de reembolso.

3 — As transferências são efetuadas através da Fonte de Financiamento 311 (receitas gerais não afetas a projetos cofinanciados) inscrita no orçamento do Fundo Florestal Permanente para a Fonte de Financiamento 119 (transferência de receitas gerais entre organismos) do orçamento da GNR.

4 — Este despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

1 de julho de 2016. — O Ministro das Finanças, *Mário José Gomes de Freitas Centeno*. — A Ministra da Administração Interna, *Maria Constança Dias Urbano de Sousa*. — O Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, *Luís Manuel Capoulas Santos*.

209742238

DEFESA NACIONAL

Autoridade Marítima Nacional

Direção-Geral da Autoridade Marítima

Despacho n.º 9474/2016

Decorrente da necessidade de dar cumprimento ao estatuído na Lei n.º 18/2016, de 20 de junho, que inicia vigência dia 1 de julho, a qual tem repercussões diretas, e imediatas, ao nível do horário de trabalho dos funcionários e, bem assim, especificamente quanto aos órgãos locais, do período normal de atendimento das Repartições Marítimas, impõe-se alterar o estabelecido no Regulamento do Horário de Trabalho dos órgãos e serviços da Direção-Geral da Autoridade Marítima, aprovado pelo Despacho n.º 13889/2013, de 27 de setembro, publicado a 31 de outubro de 2013.

Assim, determino o seguinte:

1 — O n.º 3 do artigo 3.º, o n.º 2 do artigo 5.º, o n.º 1 do artigo 6.º, o n.º 2 do artigo 9.º e o n.º 3 do artigo 10.º, do Despacho n.º 13889/2013, de 27 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 211, de 31 de outubro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 3.º

[...]

1 — [...]

2 — [...]

3 — A duração semanal de trabalho para os trabalhadores que exercem funções públicas nos órgãos e serviços da DGAM é fixada em 35 horas semanais, sendo o serviço realizado fora do período normal remunerado através dos regimes vigentes, designadamente, no aplicável, a perceção de horas extraordinárias ou por compensações do pessoal que presta serviço nos órgãos e serviços da DGAM, ambos regulados por legislação própria.

Artigo 5.º

[...]

- 1 — [...]
- 2 — O período normal de atendimento deve efetuar-se das 9 horas às 12 horas 30 minutos e das 14 horas às 16 horas e 30 minutos.
- 3 — [...]
- 4 — [...]
- 5 — [...]

Artigo 6.º

[...]

- 1 — O horário de referência para o pessoal a prestar serviço nos órgãos e serviços da DGAM é fixado em 35 horas semanais, distribuídas por um período normal de trabalho diário de 7 horas, de segunda a sexta-feira, sem prejuízo da existência de outros regimes legalmente estabelecidos.
- 2 — [...]

Artigo 9.º

[...]

- 1 — [...]
- 2 — O horário rígido é o seguinte:
 - a) Período da manhã — das 9 horas às 13 horas; e,
 - b) Período da tarde — das 14 horas às 17 horas.
- 3 — [...]

Artigo 10.º

[...]

- 1 — [...]
- 2 — [...]
- 3 — A prestação de serviço com horário flexível decorre entre as 8 horas e as 20 horas com plataformas fixas que correspondem aos períodos de permanência obrigatória, de acordo com as seguintes modalidades:
 - a) Modalidade A:
 - i) Período da Manhã, com entrada às 9 horas e saída às 11 horas; e,
 - ii) Período da Tarde, com entrada às 14 horas e saída às 17 horas.
 - b) Modalidade B:
 - i) Período da Manhã, com entrada às 10 horas e saída às 12 horas; e,
 - ii) Período da Tarde, com entrada às 16 horas e saída às 19 horas.
- 4 — [...]
- 5 — [...]
- 6 — [...]
- 7 — [...]
- 8 — [...]
- 9 — [...]

2 — É republicado em anexo o Despacho n.º 13889/2013, de 27 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 211, de 31 de outubro.

3 — O presente despacho entra em vigor a 1 de julho de 2016.

30 de junho de 2016. — O Diretor-Geral da Autoridade Marítima, *António Silva Ribeiro*, Vice-almirante.

ANEXO

(Republicação)

Regulamento do Horário de Trabalho dos órgãos e serviços da Direção-Geral da Autoridade Marítima

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto e âmbito

1 — O presente regulamento define o regime de duração e horário de serviço aplicável ao pessoal a prestar serviço nos órgãos e serviços da

Direção-Geral da Autoridade Marítima, daqui em diante designado por DGAM, qualquer que seja o seu vínculo e a natureza das suas funções.

2 — Os trabalhadores com isenção de horário de trabalho não estão dispensados do dever geral de assiduidade, nem do cumprimento da duração semanal de trabalho legalmente estabelecida.

Artigo 2.º

Natureza do Serviço

1 — O serviço do pessoal a prestar serviço nos órgãos e serviços da DGAM é de caráter permanente e obrigatório.

2 — Sem prejuízo do regime normal de trabalho, o pessoal ao serviço não pode recusar-se, sem motivo justificado, a comparecer no seu posto de trabalho ou a nele permanecer para além desse período, nem eximir-se a desempenhar qualquer função de serviço, desde que compatível com a sua categoria funcional.

Artigo 3.º

Horário e duração semanal de trabalho

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, o horário de trabalho é fixado nos termos da lei geral.

2 — Para além do horário normal de funcionamento dos serviços, ou sempre que o estado de segurança ou circunstâncias especiais o exijam, podem ser criadas equipas de projeto ou de ação temporária, em número e dimensão adequados à situação.

3 — A duração semanal de trabalho para os trabalhadores que exercem funções públicas nos órgãos e serviços da DGAM é fixada em 35 horas semanais, sendo o serviço realizado fora do período normal remunerado através dos regimes vigentes, designadamente, no aplicável, a perceção de horas extraordinárias ou por compensações do pessoal que presta serviço nos órgãos e serviços da DGAM, ambos regulados por legislação própria.

Artigo 4.º

Período de funcionamento dos órgãos e serviços

1 — Entende-se por período de funcionamento dos órgãos e serviços da DGAM, o período diário durante o qual é exercida a atividade do pessoal, que neles preste serviço.

2 — O período de funcionamento dos órgãos e serviços da DGAM não pode iniciar-se antes das 8 horas nem terminar depois das 20 horas, salvo em situações excecionais de interesse público, designadamente, quando possa estar em causa a segurança de pessoas e bens e fatores ou ocorrências que envolvam a segurança da navegação ou atividades reguladas por legislação específica.

3 — Fora do período de funcionamento mencionado no número anterior, todos os titulares de cargos de decisão ou similar, de divisões, adjuntos e assessores, bem como os titulares de órgãos regionais e locais estão contactáveis durante as 24 horas.

Artigo 5.º

Atendimento ao público

1 — O período de atendimento ao público corresponde ao período de tempo diário durante o qual os órgãos e serviços da DGAM estão abertos para atender o público.

2 — O período normal de atendimento deve efetuar-se das 9 horas às 12 horas e 30 minutos das 14 horas às 16 horas e 30 minutos.

3 — Para além do período normal, o atendimento ao público pode ser assegurado por um serviço de escala.

4 — Os períodos de atendimento estabelecidos nos termos do presente artigo são afixados em local visível ao público, nos respetivos locais de atendimento.

5 — Perante circunstâncias ou necessidades especiais, por despacho fundamentado do Diretor-Geral da Autoridade Marítima, podem ser estabelecidos diferentes horários de atendimento, inclusive horário contínuo.

CAPÍTULO II

Duração do trabalho

SECÇÃO I

Regime geral de duração do trabalho

Artigo 6.º

Duração do trabalho

1 — O horário de referência para o pessoal a prestar serviço nos órgãos e serviços da DGAM é fixado em 35 horas semanais, distribuídas

por um período normal de trabalho diário de 7 horas, de segunda a sexta-feira, sem prejuízo da existência de outros regimes legalmente estabelecidos.

2 — O pessoal a prestar serviço nos órgãos e serviços da DGAM têm direito aos tempos de descanso legalmente previstos.

SECÇÃO II

Regimes e condições de prestação do trabalho

Artigo 7.º

Horário de trabalho

1 — Entende-se por horário de trabalho a determinação das horas do início e do termo do período normal de serviço diário ou dos respetivos limites, bem como dos intervalos de descanso.

2 — O período normal de trabalho diário é interrompido por um intervalo de descanso não inferior a uma hora nem superior a duas, de modo a que o pessoal não preste mais de cinco horas de serviço consecutivo, salvo no caso de jornada contínua.

3 — O limite de tempo de serviço consecutivo pode ser alterado por motivos fundamentados de serviço.

Artigo 8.º

Modalidades de horário de trabalho

1 — As modalidades de horário de trabalho do pessoal a prestar serviço nos órgãos e serviços da AM são as seguintes:

- a) Horário rígido;
- b) Horário flexível;
- c) Jornada contínua; e,
- d) Trabalho por turnos.

2 — Em função da natureza das atividades desenvolvidas, por requerimento do trabalhador, o Diretor-Geral pode autorizar o pessoal ao serviço a adotar as modalidades de horário de trabalho estabelecidas nas alíneas b), c) e d) do número anterior, nas condições estabelecidas no presente despacho.

3 — O Diretor-Geral pode ainda definir, por despacho, horários específicos adaptados às exigências e condicionantes dos vários órgãos e serviços da DGAM, nomeadamente:

- a) Nas situações previstas na lei aplicável à proteção da parentalidade;
- b) Nas situações aplicáveis ao trabalhador que detenha o estatuto de trabalhador-estudante;
- c) Nas condições de trabalho a tempo parcial;
- d) Nas condições previstas em instrumentos de trabalho a tempo parcial, descritas nos artigos 147.º a 148.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

4 — A adoção de qualquer das modalidades de horário previstas no presente artigo não dispensa, no aplicável, que determinados serviços sejam organizados com recurso ao serviço de escalas.

Artigo 9.º

Horário rígido

1 — Horário rígido é aquele que, exigindo o cumprimento da duração semanal de trabalho, se reparte por dois períodos diários, com horas de entrada e saída fixas idênticas, separadas por um intervalo de descanso.

2 — O horário rígido é o seguinte:

- a) Período da manhã — das 9 horas às 13 horas; e,
- b) Período da tarde — das 14 horas às 17 horas.

3 — Em casos excecionais, sempre que o interesse dos utentes o justifique, pode o Diretor-geral fixar, dentro do período de funcionamento dos órgãos e serviços da DGAM, horário diferente do referido no número anterior.

Artigo 10.º

Horário flexível

1 — Horário flexível é aquele que permite ao trabalhador, para o efeito autorizado, gerir os seus tempos de trabalho, escolhendo as horas de entrada e de saída em cada dia de serviço normal.

2 — O regime de horário flexível é definido por despacho do Diretor-Geral da Autoridade Marítima atendendo aos seguintes critérios:

- a) Prévia definição do pessoal a quem é aplicável;
- b) Não afetação do normal e eficaz funcionamento dos órgãos e serviços da DGAM, designadamente do atendimento público;

- c) Impossibilidade de prestação de mais de 9 horas diárias;
- d) Cumprimento da duração do trabalho aferida quinzenalmente ou mensalmente.

3 — A prestação de serviço com horário flexível decorre entre as 8 horas e as 20 horas com plataformas fixas que correspondem aos períodos de permanência obrigatória, de acordo com as seguintes modalidades:

a) Modalidade A:

- i) Período da Manhã, com entrada às 9 horas e saída às 11 horas; e,
- ii) Período da Tarde, com entrada às 14 horas e saída às 17 horas.

b) Modalidade B:

- i) Período da Manhã, com entrada às 10 horas e saída às 12 horas; e,
- ii) Período da Tarde, com entrada às 16 horas e saída às 19 horas.

4 — O trabalhador que pretenda gozar de horário flexível deve requerer, previamente, ao respetivo superior hierárquico, apresentando os documentos comprovativos da sua condição.

5 — A modalidade de horário flexível pode ser autorizada ao trabalhador nas seguintes situações:

- a) Tenha a seu cargo descendente, ascendente ou afim na linha reta, adotando ou adotado, com idade inferior a 12 anos ou que seja portador de deficiência;
- b) Tenha a seu cargo cônjuge ou pessoa com quem resida em união de facto, descendente, ascendente ou afim na linha reta, adotando ou adotado que, em razão de doença ou acidente, necessite de acompanhamento por terceira pessoa;
- c) Seja portador de deficiência ou sofra de doença que o incapacite parcialmente para o trabalho; e,
- d) Se encontre abrangido pelo estatuto do trabalhador-estudante.

6 — Com exceção dos tempos de trabalho correspondentes às plataformas fixas, o período remanescente do período normal de trabalho diário pode ser gerido pelos trabalhadores no que respeita às escolhas das horas de entrada e de saída, dentro dos limites fixados para a modalidade de horário flexível.

7 — O cumprimento da duração de trabalho deve ter por referência uma aferição mensal.

8 — Apenas carecem de justificação as ausências previamente não autorizadas verificadas nos períodos da plataforma fixa.

9 — A modalidade de horário flexível não dispensa os trabalhadores de:

- a) Cumprir as tarefas programadas e em curso, dentro dos prazos superiormente fixados, não podendo a flexibilidade ditadas pelas plataformas móveis a originar, em caso algum, inexistência de pessoal que assegure o normal funcionamento dos serviços; e,
- b) Assegurar a realização e a continuidade de tarefas urgentes, de contactos ou de reuniões de trabalho, mesmo que tal se prolongue para além dos períodos de presença obrigatória.

Artigo 11.º

Jornada contínua

1 — A jornada contínua consiste na prestação ininterrupta de trabalho, salvo um período de descanso não superior a 30 minutos, que, para todos os efeitos, se considera tempo de trabalho.

2 — A jornada contínua deve ocupar, predominantemente, um dos períodos do dia e determinar uma redução do período normal de trabalho nunca superior a uma hora.

3 — A jornada contínua pode ser autorizada pelo Diretor-Geral nos casos previstos no n.º 5 do artigo 10.º e, em casos excecionais, devidamente fundamentados.

Artigo 12.º

Serviço de escalas

1 — Designa-se por serviço de escalas o sistema organizado de meios humanos e materiais destinado a assegurar o regular e eficiente funcionamento dos órgãos e serviços da DGAM, fora dos períodos de funcionamento e atendimento estabelecidos no presente despacho.

2 — O exercício de funções em serviço de escala pode ir até às 24 horas diárias, não podendo o pessoal que lhe está afeto, por regra, ausentar-se do seu local de trabalho, salvo para o desempenho de funções próprias do serviço, tomada de refeições ou por motivos de caráter urgente, superiormente autorizados.

3 — O trabalhador integrado no serviço de escala não pode abandonar o local de trabalho sem que se apresente o trabalhador que o deva substituir nas funções inerentes.

4 — Quando se verificar que a duração do serviço de escala se prolonga para além do termo previsto, o período excedente é compensado por dedução no período normal de serviço imediato.

5 — Há lugar a dispensa da primeira prestação normal de serviço subsequente ao termo da prestação em serviço de escala, salvo em condições excecionais devidamente fundamentadas.

6 — O regime-tipo do serviço de escalas é estabelecido, trimestralmente, por despacho dos respetivos Capitães dos Portos.

Artigo 13.º

Serviço por turnos

1 — Considera-se trabalho por turnos qualquer modo de organização do trabalho em equipa em que o pessoal que exerce funções públicas nos órgãos e serviços da DGAM ocupe sucessivamente os mesmos postos de trabalho, a um determinado ritmo, incluindo o ritmo rotativo, que pode ser do tipo contínuo ou descontínuo, o que implica a execução do trabalho a horas diferentes no decurso de um período situado de dias ou semanas.

2 — A fixação dos turnos obedece ao princípio da rotatividade devendo ser garantido, pelo menos, um dia de descanso semanal coincidente com o domingo num período de quatro semanas.

3 — Os horários dos turnos podem coincidir parcialmente, de forma a concentrar o esforço de trabalho em períodos de maior atividade.

4 — O regime de turnos é permanente quando o trabalho é prestado nos sete dias da semana, e é semanal quando é prestado nos dias úteis.

5 — O regime de turnos é total quando é prestado em, pelo menos, três períodos de trabalho diário e parcial quando é prestado apenas em dois períodos.

6 — A duração de trabalho em cada turno não pode ultrapassar os limites máximos dos períodos normais de trabalho, salvo em casos excecionais autorizados por despacho do comandante-geral.

7 — Para efeitos de trabalho por turnos, considera-se período noturno o que decorre entre as 22 horas e as 07 horas do dia seguinte.

SECÇÃO III

Controlo da assiduidade e de pontualidade

Artigo 14.º

Assiduidade e pontualidade

1 — O controlo da assiduidade e da pontualidade é feito nos mesmos termos aplicáveis aos trabalhadores que exercem funções públicas, com as adaptações decorrentes da especificidade funcional dos órgãos e serviços da DGAM.

2 — O pessoal de chefia, ainda que isento de horário de serviço, está obrigado à observância do dever de assiduidade, bem como ao cumprimento da duração semanal de serviço estabelecida.

3 — Por despacho do Diretor-Geral podem ser definidos grupos ou categorias de pessoal que, face à especificidade das respetivas funções, ficam, exclusivamente, sujeitos ao controlo hierárquico.

4 — O controlo da assiduidade e de pontualidade em cada órgão e serviço da DGAM compete ao respetivo superior hierárquico.

CAPÍTULO III

Disposições finais e transitórias

Artigo 15.º

Publicidade

O horário de funcionamento e atendimento é obrigatoriamente afixado, por forma bem visível aos utentes, em todos os locais de acolhimento e de atendimento ao público.

Artigo 16.º

Situações excecionais

Em caso de sinistros marítimos, alterações da ordem pública e outras situações excecionais em que estejam em causa os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, não se aplicam os limites horários estabelecidos no presente regulamento, devendo ser assegurada a permanência contínua no serviço e a disponibilidade para o mesmo.

Artigo 17.º

Casos omissos

As dúvidas ou casos omissos que venham a surgir na aplicação do presente Regulamento são resolvidos por despacho do dirigente máximo.
209742595

Comando-Geral da Polícia Marítima

Aviso n.º 9197/2016

Concurso para ingresso no curso de formação de agentes da Polícia Marítima, aberto pelo Aviso n.º 14433/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 241, de 10 de dezembro de 2015

1 — Faz-se público que, em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 21.º e no n.º 1 do artigo 22.º ambos do Decreto Regulamentar n.º 53/97, de 9 de dezembro, por despacho de 13 de julho de 2016 do Vice-almirante Comandante-Geral da Polícia Marítima, foi homologada a lista de classificação final dos candidatos aprovados e excluídos, no âmbito do Concurso para ingresso no curso de formação de agentes da Polícia Marítima, aberto pelo Aviso n.º 14433/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 241, de 10 de dezembro de 2015:

A) Ordenamento Final dos Candidatos Aprovados

Número ordem	Número candidato	Nome	Classificação final
1	CPM15_498	João Miguel Rodrigues Gouveia e Freitas	19,40
2	CPM15_2136	Filipe José de Oliveira Marques Cortesão	19,00
3	CPM15_2456	Mário João Paulino Pais Abreu	19,00
4	CPM15_2255	Rómulo Batista Pereira	18,40
5	CPM15_1854	Ricardo Filipe Casquinha Monteiro	18,40
6	CPM15_1985	Rui Miguel da Quinta Serol	18,40
7	CPM15_1897	Daniel José Ramos Monteiro	18,40
8	CPM15_2424	Susana Ribeiro da Mata	18,20
9	CPM15_1567	Patrícia Maria Silvestre Rodrigues	18,20
10	CPM15_1236	José Pedro Bordelo de Jesus Parra	18,00
11	CPM15_2238	Alexandre Miguel Lourenço dos Santos	18,00
12	CPM15_1829	Susana Filipa Proença Miguel	18,00
13	CPM15_2079	Vasco de Castro Lobato	18,00
14	CPM15_1019	Cristina de Sousa Almeida	18,00
15	CPM15_1980	Hugo Miguel Gonçalves Fernandes	17,80
16	CPM15_823	João André Fernandes Roque	17,80
17	CPM15_1452	Pedro Castro de Sousa	17,60
18	CPM15_2605	António Gabriel Antunes Gomes	17,60
19	CPM15_384	Vítor Hugo Moniz Camacho	17,60
20	CPM15_2271	Ivo Miguel Ramos Clemente	17,60
21	CPM15_2	Ricardo Jorge Mendes Pontes Real da Silva	17,60
22	CPM15_1607	Pedro Miguel Gouveia Marques	17,60
23	CPM15_2107	Bruno Silvestre Morouço	17,60
24	CPM15_518	Inês Isabel Vizinha Pinto	17,60
25	CPM15_396	Nuno Maria Carrelhas David de Albuquerque Emiliano	17,40
26	CPM15_1435	Rúben José Lourenço Neto	17,40
27	CPM15_1947	Rui Filipe Miranda Ribeiro	17,40
28	CPM15_1925	Bruno Alexandre Martins Leite	17,40
29	CPM15_1636	Rita Canha Martins	17,40
30	CPM15_2022	Ricardo Jorge Lopes da Assunção	17,40
31	CPM15_96	José Alberto Pontes Correia	17,40
32	CPM15_1907	Ana Rita Marques Garcia	17,20
33	CPM15_1809	Rúben Filipe Chaves Ávila	17,20
34	CPM15_2304	Álvaro Miguel Damas Delgado	17,00
35	CPM15_803	Ivan Filipe Madeira Duarte	17,00
36	CPM15_1959	Paulo Xavier Fernandes Calmeiro	17,00
37	CPM15_990	Marcos Jorge Moutinho Sequeira	17,00
38	CPM15_1952	Rúben Miguel Beja dos Santos Ferreira	17,00
39	CPM15_631	Daniela Alexandra Coelho Abreu Cabeço	17,00